

## **LEI COMPLEMENTAR Nº. 040/2009.**

### **AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA AO SR. LIROJOU RAMOS DE CARVALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Ribeirão Vermelho, por seus vereadores aprova e Eu, Ana Rosa Mendonça Lasmar, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do § 3º do art. 15 da Lei Orgânica Municipal, pelo prazo de até 31 de dezembro de 2012, a permissão de uso a título precário e gratuito de imóvel Municipal, ao Sr. Lirojou Ramos de Carvalho, portador do RG nº M-8.012.363 e inscrito no CPF. sob o nº 025.882.866-82, residente e domiciliado nesta cidade de Ribeirão Vermelho MG.

**Art. 2º** O imóvel constante do Art. 1º está situado na Avenida 26 de novembro, em frete ao nº 189, Centro, RIBEIRÃO VERMELHO - MG, contido no perímetro indicado no croqui e memorial descritivo anexo, que fica fazendo parte integrante desta lei, com o fim específico de sua utilização para instalação de um ponto comercial.

**Parágrafo Único** – O imóvel é constituído de uma área de 24,00 m2, (vinte e quatro metros quadrados), onde confronta pela frente em 8,00 mts com a Avenida 26 de Novembro; lado direito em 3,00 mts a Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho; lado esquerdo em 3,00 mts, com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho e fundos em 8,00 mts com a Ferrovia Centro Atlântica.

**Art. 3º** A permissão de uso se dará através de Decreto, do Executivo que constará que as normas e regulamentos da permissão de uso, serão através de contrato que constará.

- I – servir-se do imóvel em permissão de uso, para uso compatível com a finalidade prevista no artigo 2º;
- II – não ceder o imóvel, no todo ou em parte a terceiros;
- III - responder pelos tributos incidentes sobre o imóvel e tarifas de consumo de serviços públicos, na forma da lei.

**Art. 4º** A Administração Municipal terá direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas nesta lei e no instrumento de permissão.

**Art. 5º** A Administração Municipal não será responsável, inclusive perante terceiros, por quaisquer prejuízos decorrentes da execução de obras, serviços e trabalhos a cargo do permissionário.

**Art. 6º** A alteração do destino da área, a inobservância das condições constantes desta lei, ou das cláusulas do instrumento de permissão, bem como o descumprimento de qualquer prazo fixado, implicarão na automática revogação da permissão, revertendo a área ao Município, incorporando ao seu patrimônio as edificações e benfeitorias nela executadas, sem direito de retenção e independentemente de qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for.

§ 1º - A permissão poderá ser prorrogada por iguais períodos, de acordo com o interesse das partes.

§ 2º - Não havendo o interesse de prorrogação, por parte do permissionário, o imóvel será restituído ao Município sem nenhuma indenização.

§ 3º - O Município permitente poderá requerer a restituição do imóvel dado em permissão, a qualquer tempo, justificado pelo interesse público, quando o permissionário se obriga a restituí-lo sem direito a indenização.

**Art. 7º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho, 17 de agosto de 2009.**

**Ana Rosa Mendonça Lasmar**  
**Prefeita Municipal**

**Alerson Claret de Jesus**  
**Chefe de Gabinete**